ALTERADO Pela Lei 5126 20/12/2016

ALTERADO Pela Lei 5215 21/11/2017

LEI Nº 5116, DE 12 DE JULHO DE 2016.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 e dá outras providências.

O POVO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA, POR SEUS REPRESENTANTES, APROVA E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Disposições Preliminares

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do Exercício Financeiro de 2017, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;

II – orientações básicas para elaboração da Lei Orçamentária anual;

III – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;

IV – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;

V – equilíbrio entre receitas e despesas;

VI – critérios e formas de limitação de empenho;

VII – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

VIII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

IX – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

X – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XI – definição de critérios para início de novos projetos;

XII – definição das despesas consideradas irrelevantes;

XIII – incentivo à participação popular;

XIV – as disposições gerais.

Seção I

Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2°. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2°, da Constituição Federal, as Metas e as Prioridades para o exercício financeiro de 2017, especificadas de acordo com os programas e ações estabelecidos no plano plurianual relativo ao período 2014-2017, são as constantes nos anexos de metas e prioridades que integra esta lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2017 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1°. O projeto de Lei Orçamentária para 2017 deverá ser elaborado em consonância com as Metas e Prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2°. O projeto de Lei Orçamentária para 2017 conterá demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

Seção II

Das Orientações Básicas para Elaboração da Lei Orçamentária Anual

Subseção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 3°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF n° 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF n° 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2014-2017.

Art. 4°. Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme art. 15 da Lei n° 4.320/64.

Art. 5°. Os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimentos, compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias.

Art. 6°. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2° e 22°, da Lei n° 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no art. 5° da Lei Complementar n° 101/2000;

VI – anexo do orçamento de investimento a que se refere o art. 165, § 5°, inciso II, da Constituição Federal, na forma definida nesta Lei.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, de acordo com o art. 2°, inciso IV a Lei Complementar n° 101/2000;

II – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino e no ensino fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212, da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação, conf. Art. 60 do ADCT, com alterações apresentadas na EC 53/2006;

IV – Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins do atendimento disposto na Emenda Constitucional n° 29/2000;

V – Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 7°. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do projeto de Lei Orçamentária de 2017, serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2016, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8°. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da Receita Corrente Líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo, se for o caso, encaminharão à Controladoria Municipal do Poder Executivo, até 15 dias antes do prazo definido no *caput*, os estudos e as estimativas das suas receitas orçamentárias para o exercício subseqüente e as respectivas memórias de cálculo, para fins de consolidação da receita municipal.

Art. 9°. O Poder Legislativo e os órgãos da Administração Indireta encaminharão à Controladoria Geral do Município do Poder Executivo, até 15 de agosto de 2016, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta e nas entidades da administração indireta responsáveis pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal.

§ 1°. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2°. Os recursos alocados para os fins previstos no *caput* deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

Subseção II

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 12. O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5°, inciso II, da Constituição Federal, será apresentado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será feito de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do Município;

III – oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Subseção III

Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna e/ou externa tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1°. Deverão ser garantidos, na Lei Orçamentária Anual, os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2°. O Município, através de seus órgãos, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução n° 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no art. 52, incisos VI e IX, da Constituição Federal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária para o Exercício de 2017, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar n° 101/2000 e na Resolução n° 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no Art. 38 da Lei Complementar n° 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução n° 43/2001 do Senado Federal.

Subseção IV

Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência

Art. 17. A Lei Orçamentária poderá conter reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a, no máximo, 1,00% (Um por cento) da Receita Corrente Líquida prevista na proposta orçamentária de 2017, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e demais créditos adicionais.

Seção III

Da Política de Pessoal e dos Serviços Extraordinários

Subseção I

Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1°, inciso II, da Constituição Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, conforme Lei Específica, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 1°. Além de observar as normas do *caput*, no Exercício Financeiro de 2017, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar n° 101/2000.

§ 2°. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar n° 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3° e 4° do art. 169 da Constituição Federal.

Subseção II

Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras

Art. 19. Se durante o Exercício de 2017 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar n° 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que ensejem situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo, no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

Seção IV

Das Disposições Sobre a Receita e Alterações na Legislação Tributária do Município

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o Exercício de 2017, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias,

contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;

II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do Município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal;

IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exeqüível a sua cobrança;

X – a instituição de novos tributos ou a modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

Seção V

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária do Exercício de 2017, serão orientadas no sentido de alcançar o *superávit* primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no Exercício de 2017 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2017 a 2018, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que estejam acompanhados das medidas definidas nos artigos 16 e 17, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

a – a implementação das medidas previstas nos Artigos 20 e 21 desta Lei;

b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

a – utilização da modalidade de licitação denominado Pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

Seção VI

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 1º do artigo 31, ambos da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2017, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem da limitação prevista no caput deste artigo:

I – as despesas com pessoal e encargos sociais;

II – as despesas com benefícios previdenciários;

III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;

IV – as despesas com PASEP;

V – as despesas com pagamento de precatórios e sentenças judiciais;

VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no *caput* deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

Seção VII

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos dos Orçamentos

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A Lei Orçamentária de 2017 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuírem para a realização de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Modernização Administrativa" ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

Seção VIII

Das Condições e Exigências para Transferências de Recursos a Entidades Públicas e Privadas

Art. 30. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como sendo de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de regular funcionamento, emitida no Exercício de 2017 por, no mínimo, uma autoridade local, e comprovante da regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 31. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos e signatários de contrato de gestão com a administração pública municipal, e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, observadas as exigências do art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos arts. 30 a 33 desta Seção deverão ser precedidas da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, devendo ser observadas na elaboração de tais instrumentos, as exigências do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, ou de outra Lei que vier substituí-la ou alterá-la.

§ 1º. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de trabalho executado com recursos transferidos pelo Município, bem como o recebimento, aprovação ou rejeição da prestação de contas.

§ 2º. É vedada a celebração de convênio com entidade em situação irregular com o Município, em decorrência de transferência feita anteriormente.

§ 3º. Excetuam-se do cumprimento dos dispositivos legais a que se refere o *caput* deste artigo as caixas escolares da rede pública municipal de ensino que receberem recursos diretamente do Governo Federal por meio do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola.

Art. 36. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na

lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para as entidades da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, fica limitada ao valor previsto na Lei Orçamentária anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O aumento da transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra somente poderá ocorrer mediante prévia autorização legislativa, conforme determina o art. 167, inciso VI da Constituição Federal.

Seção IX

Da Autorização para o Município Auxiliar no Custeio de Despesas de Competência de Outros Entes da Federação

Art. 38. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993.

Seção X

Dos Parâmetros para a Elaboração da Programação Financeira e do Cronograma Mensal de Desembolso

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao *caput* deste artigo, as entidades da administração indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo encaminharão ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2°. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2017;

§ 3°. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Seção XI

Da Definição de Critérios para Início de Novos Projetos

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2° desta Lei, a Lei Orçamentária de 2017 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar n° 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2014-2017 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas, forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2017, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do Exercício de 2016.

Seção XII

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 41. Para fins do disposto no § 3° do art. 16 da Lei Complementar n° 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal n° 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção XIII

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 42. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao Exercício Financeiro de 2017, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único. O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2017, mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9°, § 4°, da Lei Complementar n° 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Seção XIV

Das Disposições Gerais

Art. 44. O Poder Executivo poderá, mediante decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em seus créditos adicionais, em decorrência de extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no Art. 3°, desta Lei.

§ 1°. As categorias de programação, aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de Decreto, para atender às necessidades de execução, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa;

§ 2°. As modificações a que se refere este artigo também poderão ocorrer quando da abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária, os quais deverão ser abertos mediante Decreto do Poder Executivo.

Art. 45. Consoante ao Art. 66 da Lei 4320/64, as dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias poderão, quando expressamente determinado na Lei de Orçamento, ser movimentadas por órgãos centrais de administração geral.

Parágrafo único. É permitida a redistribuição de parcelas das dotações de pessoal de uma para outra unidade orçamentária, quando considerada indispensável à movimentação de pessoal, dentro das tabelas ou quadros comuns às unidades interessadas e que se realize em obediência à legislação específica.

Art. 46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, e será precedida de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, conforme disposto nos Artigos 42 e 43 da Lei Federal n° 4320/64 e nos termos da Constituição Federal.

§ 1°. A Lei Orçamentária para o exercício de 2017 conterá autorização para abertura de créditos suplementares, podendo chegar até o limite de 20% (vinte por cento) do montante do orçamento previsto.

§ 2°. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no

art. 167, § 2°, da Constituição Federal, será efetivada mediante decreto do Prefeito Municipal, utilizando os recursos previstos no art. 43 da Lei n° 4.320/1964.

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 49. Se o projeto de Lei Orçamentária de 2017 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2016, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1°. As despesas descritas no Inciso VI deste artigo estão limitadas à 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de Lei Orçamentária de 2017, multiplicado pelo número de meses decorridos até à sanção da respectiva lei;

§ 2°. Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável, a que se refere o Inciso VI, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de Lei Orçamentária de 2017 para fins do cumprimento do disposto do Art. 16 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar n° 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

I – Anexo de Metas e Prioridades;

II - Anexo de Metas Fiscais

III – Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Formiga, 12 de Julho de 2016.

MOACIR RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

EMERSON DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo I - Metas Anuais

Seleção: Alteração em 15/04/2016 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R$ 1,00

Especificação	2017			2018			2019		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
Receita Total	150.956.907,00	136.365.769,65	----	150.956.907,00	123.184.876,58	----	150.956.907,00	111.278.376,35	----
Receitas Primárias (I)	139.006.578,89	125.570.531,97	----	139.006.578,89	113.433.088,98	----	139.006.578,89	102.469.153,00	----
Despesa Total	150.956.907,00	136.365.769,65	----	150.956.907,00	123.184.876,58	----	150.956.907,00	111.278.376,35	----
Despesas Primárias (II)	148.798.615,25	134.416.093,27	----	148.798.615,25	121.423.652,74	----	148.798.615,25	109.687.384,54	----
Resultado Primário III = (I-II)	(9.792.036,36)	(8.845.561,30)	----	(9.792.036,36)	(7.990.563,76)	----	(9.792.036,36)	(7.218.231,54)	----
Resultado Nominal	(8.231.410,64)	(7.435.781,97)	----	(10.561.946,17)	(8.618.830,77)	----	(12.080.574,72)	(8.905.235,06)	----
Dívida Pública Consolidada	9.935.282,81	8.974.961,89	----	8.643.744,23	7.053.526,65	----	7.472.531,92	5.508.401,28	----
Dívida Consolidada Líquida	(82.750.959,23)	(74.752.447,36)	----	(93.312.905,40)	(76.145.828,39)	----	(105.393.480,12)	(77.691.147,61)	----

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2017	2018	2019
Inflação média (% anual)	10,700	10,700	10,700

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

Seleção: Alteração em 15/04/2016 (C); Realização da despesa por: Empenho

LRF, art 4º, § 2º, inciso I

R$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2015 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2015 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	123.674.855,00	----	134.915.450,45	----	11.240.595,45	9,089
Receitas Primárias (I)	120.018.509,74	----	125.998.855,85	----	5.980.346,11	4,983
Despesa Total	123.674.855,00	----	131.114.278,05	----	7.439.423,05	6,015
Despesas Primárias (II)	121.488.377,30	----	128.973.782,62	----	7.485.405,32	6,161
Resultado Primário (III) = (I-II)	(1.469.867,56)	----	(2.974.926,77)	----	(1.505.059,21)	102,394
Resultado Nominal	(2.011.114,83)	----	9.522.764,08	0,000	11.533.878,91	(573,507)
Dívida Pública Consolidada	10.366.813,20	----	11.439.422,90	0,000	1.052.609,70	10,134
Dívida Consolidada Líquida	(46.808.517,03)	----	18.629.385,51	0,000	65.437.902,54	(139,799)

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

Seleção: Alteração em 15/04/2016 (C)

LRF, art 4º, § 1º

R$ 1,00

Especificação	Valores a Preços Correntes										
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	116.074.602,00	123.674.855,00	6,550	141.606.677,00	14,500	150.956.907,00	6,600	150.956.907,00	0,000	150.956.907,00	0,000
Receitas Primárias (I)	112.809.049,32	120.018.509,74	6,390	132.153.500,46	10,110	139.006.578,89	5,190	139.006.578,89	0,000	139.006.578,89	0,000
Despesa Total	116.074.602,00	123.674.855,00	6,550	141.606.677,00	14,500	150.956.907,00	6,600	150.956.907,00	0,000	150.956.907,00	0,000
Despesas Primárias (II)	114.002.711,20	121.488.377,30	6,570	139.418.833,30	14,760	148.798.615,25	6,730	148.798.615,25	0,000	148.798.615,25	0,000
Resultado Primário III = (I-II)	(1.193.661,88)	(1.469.867,56)	23,140	(7.265.332,84)	394,280	(9.792.036,36)	34,780	(9.792.036,36)	0,000	(9.792.036,36)	0,000
Resultado Nominal	(7.900.112,65)	(2.011.114,83)	(74,540)	(27.629.943,48)	1.273,860	(8.231.410,64)	(70,210)	(10.561.946,17)	28,310	(12.080.574,72)	14,380
Dívida Pública Consolidada	10.767.191,78	10.386.813,20	(3,530)	9.207.860,65	(11,350)	9.935.282,81	7,900	8.643.744,23	(13,000)	7.472.531,92	(13,550)
Dívida Consolidada Líquida	(44.576.188,16)	(46.808.517,03)	5,010	(74.519.548,59)	59,200	(82.750.959,23)	11,050	(93.312.905,40)	12,760	(105.393.480,12)	12,950

Especificação	Valores a Preços Constantes										
	2014	2015	%	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%
Receita Total	133.266.411,30	132.517.607,13	(0,560)	141.606.677,00	6,860	136.365.769,65	(3,700)	123.184.876,58	(9,670)	111.278.376,35	(9,670)
Receitas Primárias (I)	129.517.197,61	128.599.833,19	(0,710)	132.153.500,46	2,760	125.570.531,97	(4,980)	113.433.088,98	(9,670)	102.469.153,00	(9,670)
Despesa Total	133.266.411,30	132.517.607,13	(0,560)	141.606.677,00	6,860	136.365.769,65	(3,700)	123.184.876,58	(9,670)	111.278.376,35	(9,670)
Despesas Primárias (II)	130.887.652,76	130.174.796,28	(2,320)	139.418.833,30	7,100	134.416.093,27	(3,590)	121.423.652,74	(9,670)	109.687.384,54	(9,670)
Resultado Primário III = (I-II)	(1.370.455,14)	(1.574.963,09)	14,920	(7.265.332,84)	361,300	(8.845.561,30)	21,750	(7.990.563,76)	(9,670)	(7.218.231,54)	(9,670)
Resultado Nominal	(9.070.198,33)	(2.154.909,54)	(76,240)	(27.629.943,48)	1.182,190	(7.435.781,97)	(73,090)	(8.618.830,77)	15,910	(8.905.235,06)	3,320
Dívida Pública Consolidada	12.361.920,55	11.129.470,34	(9,970)	9.207.860,65	(17,270)	8.974.961,89	(2,530)	7.053.526,65	(21,410)	5.508.401,28	(21,910)
Dívida Consolidada Líquida	(51.178.367,39)	(50.155.326,00)	(2,000)	(74.519.548,59)	48,580	(74.752.447,36)	0,310	(76.145.828,39)	1,860	(77.691.147,61)	2,030

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2014	2015	2016	2017	2018	2019
6,000	7,150	7,150	10,700	10,700	10,700

Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

LRF, art. 4º, § 2º, inciso III

Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	89.604.215,00	100,00	72.791.246,00	100,00	64.550.626,00	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	89.604.215,00	100,00	72.791.246,00	100,00	64.550.626,00	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	2015	%	2014	%	2013	%
Patrimônio/Capital	11.248.489,00	100,00	12.041.029,00	100,00	3.493.421,00	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	11.248.489,00	100,00	12.041.029,00	100,00	3.493.421,00	100,00

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

Solução: Realização da despesa por: Empenho

RECEITAS REALIZADAS	2015 (a)	2014 (d)	2013
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	164.144,00	250.120,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	164.144,00	250.120,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**164.144,00**	**250.120,00**

DESPESAS EMPENHADAS	2015 (b)	2014 (e)	2013
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	194.185,00	181.998,00
Investimentos	0,00	194.185,00	181.998,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização / Refinanciamento da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DO RPPS	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**194.185,00**	**181.998,00**

	(c) = (a - b) + (f)	(f) = (d - e) + (g)	(g)
SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	**38.081,00**	**38.081,00**	**68.122,00**

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE FORMIGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

RECEITAS	2013	2014	2015
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	5.078.150,00	11.667.382,77	12.048.268,24
RECEITAS CORRENTES	5.078.150,00	11.667.382,77	12.048.268,24
Receita de Contribuições dos Segurados	3.389.079,00	3.772.670,14	4.143.255,16
Pessoal Civil	3.389.079,00	3.772.670,14	4.143.255,16
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	1.678.760,00	7.853.353,05	7.900.899,06
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	10.311,00	41.359,58	4.114,02
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	10.311,00	41.359,58	4.114,02
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	5.913.357,00	6.847.438,87	5.502.928,04
RECEITAS CORRENTES	5.913.357,00	6.847.438,87	5.502.928,04
Receita de Contribuições Patronais	5.913.357,00	6.847.438,87	5.502.928,04
Pessoal Civil	5.913.357,00	6.847.438,87	5.502.928,04
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)	**10.991.507,00**	**18.514.821,64**	**17.551.196,28**

DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	4.427.865,00	5.639.716,24	7.124.159,31
ADMINISTRAÇÃO	0,00	1.778.013,42	2.203.268,08
Despesas Correntes	0,00	1.776.303,42	2.202.298,58
Despesas de Capital	0,00	1.710,00	969,50
PREVIDÊNCIA	4.427.865,00	3.861.702,82	4.920.891,23
Pessoal Civil	3.037.588,00	3.575.649,13	4.920.891,23
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.390.277,00	286.053,69	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.390.277,00	286.053,69	0,00

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE FORMIGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
2017

AMF - Demonstrativo VI (LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea "a") R$ 1,00

DESPESAS	2013	2014	2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	5.667,00	19.345,56	22.982,36
ADMINISTRAÇÃO	5.667,00	19.345,56	22.982,36
Despesas Correntes	5.667,00	19.345,56	22.982,36
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)	**4.433.532,00**	**5.659.061,80**	**7.147.141,67**
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	**6.557.975,00**	**12.855.759,84**	**10.404.054,61**

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	2013	2014	2015
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	8.506.675,67	6.862.043,00	7.155.676,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	0,00	0,00	

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE FORMIGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a — R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2016	14.188.350,27	8.273.458,00	5.914.892,27	70.765.776,08
2017	15.076.006,26	9.064.638,46	6.011.367,80	76.777.143,88
2018	15.708.966,13	10.137.767,29	5.571.198,84	82.348.342,72
2019	16.215.448,82	11.777.060,46	4.438.388,36	86.786.731,08
2020	16.826.990,13	12.421.125,27	4.405.864,86	91.192.595,94
2021	17.376.706,31	13.395.786,16	3.980.920,15	95.173.516,09
2022	17.867.723,50	14.556.957,85	3.310.765,65	98.484.281,74
2023	18.324.998,81	15.714.341,11	2.610.657,70	101.094.939,44
2024	18.813.625,69	16.437.161,28	2.376.464,41	103.471.403,85
2025	19.228.337,10	17.535.329,78	1.693.007,32	105.164.411,17
2026	19.682.452,06	18.255.054,48	1.427.397,58	106.591.808,75
2027	20.026.503,03	19.487.270,07	539.232,96	107.131.041,71
2028	20.306.566,16	20.780.386,62	(473.720,46)	106.657.321,25
2029	20.623.354,95	21.546.227,15	(922.872,20)	105.734.449,05
2030	20.854.913,93	22.575.045,13	(1.720.131,20)	104.014.317,85
2031	21.122.352,19	23.119.840,64	(1.997.488,45)	102.016.829,40
2032	21.356.822,41	23.864.304,69	(2.507.482,28)	99.509.347,12
2033	21.541.218,80	24.632.838,42	(3.091.619,62)	96.417.727,50
2034	21.692.578,98	25.347.354,49	(3.654.775,51)	92.762.951,99
2035	21.781.875,20	26.247.815,50	(4.465.940,30)	88.297.011,69
2036	21.863.994,29	26.851.254,55	(4.987.260,26)	83.309.751,43
2037	21.846.981,74	27.830.712,34	(5.983.730,60)	77.326.020,83
2038	21.819.547,12	28.451.796,54	(6.632.249,42)	70.693.771,41
2039	21.804.129,70	28.844.077,35	(7.039.947,65)	63.653.823,76
2040	21.680.359,26	29.587.878,43	(7.907.519,17)	55.746.304,59
2041	21.601.960,99	29.775.372,16	(8.173.411,17)	47.572.893,42
2042	21.412.182,82	30.450.647,63	(9.038.464,81)	38.534.428,61
2043	21.259.094,51	30.616.438,69	(9.357.344,18)	29.177.084,43
2044	21.105.387,94	30.658.790,49	(9.553.402,55)	19.623.681,88
2045	21.056.051,32	30.055.734,58	(8.999.683,26)	10.623.998,62
2046	21.016.186,45	29.570.433,33	(8.554.246,88)	2.069.751,74
2047	3.217.452,36	29.054.015,46	(25.836.563,10)	-23.766.811,36
2048	2.911.774,81	28.490.920,58	(25.579.145,77)	-49.345.957,13
2049	2.745.109,06	27.785.620,32	(25.040.511,26)	-74.386.468,39
2050	2.627.001,35	26.763.479,01	(24.136.477,66)	-98.522.946,05
2051	2.515.160,46	25.662.846,11	(23.147.685,65)	-121.670.631,70
2052	2.395.042,34	24.570.186,93	(22.175.144,59)	-143.845.776,29
2053	2.278.535,89	23.429.213,24	(21.150.677,35)	-164.996.453,64
2054	2.163.291,22	22.261.558,53	(20.098.267,31)	-185.094.720,95
2055	2.049.856,00	21.073.260,35	(19.023.404,35)	-204.118.125,30
2056	1.935.887,29	19.885.990,08	(17.950.102,79)	-222.068.228,09
2057	1.821.977,33	18.705.248,83	(16.883.271,50)	-238.951.499,59
2058	1.708.707,27	17.536.318,36	(15.827.611,09)	-254.779.110,68
2059	1.596.634,99	16.384.153,13	(14.787.518,14)	-269.566.628,82
2060	1.486.289,93	15.253.361,05	(13.767.071,12)	-283.333.699,94
2061	1.378.164,09	14.148.151,37	(12.769.987,28)	-296.103.687,22
2062	1.272.710,90	13.072.346,05	(11.799.635,15)	-307.903.322,37
2063	1.170.345,42	12.029.405,94	(10.859.060,52)	-318.762.382,89
2064	1.071.444,01	11.022.458,14	(9.951.014,13)	-328.713.397,02
2065	976.345,15	10.054.339,49	(9.077.994,34)	-337.791.391,36
2066	885.351,71	9.127.648,74	(8.242.297,03)	-346.033.688,39
2067	798.729,90	8.244.744,14	(7.446.014,24)	-353.479.702,63
2068	716.703,52	7.407.670,96	(6.690.967,44)	-360.170.670,07

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE FORMIGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VI.a - Projeção Atuarial do RPPS

LRF, art 4º, § 2º, inciso IV, alínea a — R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
	(a)	(b)	c = a - b	d = (d exercício anterior) + (c)
2069	639.455,97	6.618.170,34	(5.978.714,37)	-366.149.384,44
2070	567.127,38	5.877.640,23	(5.310.512,85)	-371.459.897,29
2071	499.813,81	5.187.116,68	(4.687.302,87)	-376.147.200,16
2072	437.566,26	4.547.243,33	(4.109.677,07)	-380.256.877,23
2073	380.394,69	3.958.297,21	(3.577.902,52)	-383.834.779,75
2074	328.256,47	3.420.049,26	(3.091.792,79)	-386.926.572,54
2075	281.065,87	2.931.851,49	(2.650.785,62)	-389.577.358,16
2076	238.692,94	2.492.598,44	(2.253.905,50)	-391.831.263,66
2077	200.965,35	2.100.729,11	(1.899.763,76)	-393.731.027,42
2078	167.670,41	1.754.252,64	(1.586.582,23)	-395.317.609,65
2079	138.559,96	1.450.800,31	(1.312.240,35)	-396.629.850,00
2080	113.356,29	1.187.668,56	(1.074.312,27)	-397.704.162,27
2081	91.757,91	961.875,71	(870.117,80)	-398.574.280,07
2082	73.446,98	770.237,41	(696.790,43)	-399.271.070,50
2083	58.097,75	609.455,53	(551.357,78)	-399.822.428,28
2084	45.383,24	476.188,38	(430.805,14)	-400.253.233,42
2085	34.982,23	367.125,26	(332.143,03)	-400.585.376,45
2086	26.585,64	279.057,28	(252.471,64)	-400.837.848,09
2087	19.901,06	208.931,35	(189.030,29)	-401.026.878,38
2088	14.657,61	153.912,57	(139.254,96)	-401.166.133,34
2089	10.608,62	111.419,35	(100.810,73)	-401.266.944,07
2090	7.533,92	79.145,29	(71.611,37)	-401.338.555,44

Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 15/04/2016 (C)

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)	107.440.106,02	120.503.601,73	138.143.898,40	148.447.099,74	148.447.099,74	148.447.099,74
Receita Tributária	13.264.282,05	14.347.791,35	17.625.922,88	19.511.897,29	19.511.897,29	19.511.897,29
Receita de Contribuição	11.547.385,63	12.366.474,31	14.480.044,08	16.573.409,34	16.573.409,34	16.573.409,34
Receita Patrimonial	3.300.069,78	3.700.400,11	9.503.276,98	11.166.577,88	11.166.577,88	11.166.577,88
Aplicações Financeiras (II)	3.265.552,68	3.656.345,26	9.453.176,54	11.111.116,69	11.111.116,69	11.111.116,69
Outras Receitas Patrimoniais	34.517,10	44.054,85	50.100,44	55.461,19	55.461,19	55.461,19
Transferências Correntes	78.880.343,72	89.790.996,18	95.367.468,19	99.232.654,16	99.232.654,16	99.232.654,16
Demais Receitas Correntes	10.271.926,94	10.995.994,64	12.376.387,01	14.650.981,33	14.650.981,33	14.650.981,33
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I-II)	104.174.553,34	116.847.256,47	128.690.721,86	137.335.983,05	137.335.983,05	137.335.983,05
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	8.634.495,98	3.171.253,27	3.462.778,60	2.509.807,26	2.509.807,26	2.509.807,26
Operações de Crédito (V)	0,00	0,00	0,00	839.211,42	839.211,42	839.211,42
Amortização de Empréstimo (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	8.634.495,98	3.171.253,27	3.462.778,60	1.670.595,84	1.670.595,84	1.670.595,84
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV-V-VI-VII)	8.634.495,98	3.171.253,27	3.462.778,60	1.670.595,84	1.670.595,84	1.670.595,84
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	112.809.049,32	120.018.509,74	132.153.500,46	139.006.578,89	139.006.578,89	139.006.578,89
DESPESAS CORRENTES (X)	94.987.049,19	108.163.221,38	118.959.053,92	127.747.020,52	127.747.020,52	127.747.020,52
Pessoal e Encargos Sociais	56.803.579,04	62.022.336,49	68.315.051,00	74.003.860,65	74.003.860,65	74.003.860,65
Juros e Encargos da Dívida (XI)	919.964,04	995.310,84	995.301,84	843.152,96	843.152,96	843.152,96
Outras Despesas Correntes	37.263.506,11	45.145.574,05	49.648.701,08	52.900.006,91	52.900.006,91	52.900.006,91
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X-XI)	94.067.085,15	107.167.910,54	117.963.752,08	126.903.867,56	126.903.867,56	126.903.867,56
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	14.103.509,81	8.222.977,62	9.213.470,08	8.350.705,48	8.350.705,48	8.350.705,48
Investimentos	12.951.583,05	7.031.810,76	8.020.928,22	7.035.566,69	7.035.566,69	7.035.566,69
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.151.926,76	1.191.166,86	1.192.541,86	1.315.138,79	1.315.138,79	1.315.138,79
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII-XIV)	12.951.583,05	7.031.810,76	8.020.928,22	7.035.566,69	7.035.566,69	7.035.566,69
RESERVA LEGAL RPPS (XVI)	6.862.043,00	7.155.676,00	13.292.153,00	14.701.987,00	14.701.987,00	14.701.987,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	122.000,00	132.980,00	142.000,00	157.194,00	157.194,00	157.194,00

Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Seleção: Alteração em 15/04/2016 (C)

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVII)	122.000,00	132.980,00	142.000,00	157.194,00	157.194,00	157.194,00
DESPESAS PRIMÁRIAS (XVIII)=(XII+XV+XVI+XVII)	114.002.711,20	121.488.377,30	139.418.833,30	148.798.615,25	148.798.615,25	148.798.615,25
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVIII)	(1.193.661,88)	(1.469.867,56)	(7.265.332,84)	(9.792.036,36)	(9.792.036,36)	(9.792.036,36)

NOTA: Os dados relativos às receitas e às despesas foram extraídas das metas fiscais estabelecidas para as mesmas.
O calculo da meta de resultado primário obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, relativas as normas da contabilidade pública.

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE FORMIGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2014 (b)	2015 (c)	2016 (d)	2017 (e)	2018 (f)	2019 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.767.191,78	10.386.813,20	9.207.860,65	9.935.282,81	8.643.744,23	7.472.531,92
Contratual	10.767.191,78	10.386.813,20	9.207.860,65	9.935.282,81	8.643.744,23	7.472.531,92
DEDUÇÕES (II)	55.343.379,94	57.195.330,23	83.727.409,24	92.686.242,04	101.956.649,63	112.866.012,04
Ativo disponível	65.833.576,21	75.426.524,96	83.497.163,13	92.431.359,59	101.674.495,55	112.553.666,58
Haveres financeiros	129.727,57	207.991,06	230.246,11	254.882,45	282.154,08	312.345,46
(-) Restos a pagar processados	10.619.923,84	18.439.185,79	----	----	----	----
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)	(44.576.188,16)	(46.808.517,03)	(74.519.548,59)	(82.750.959,23)	(93.312.905,40)	105.393.480,12)
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	302.302,12	81.088,08	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	(44.878.490,28)	(46.689.605,11)	(74.519.548,59)	(82.750.959,23)	(93.312.905,40)	105.393.480,12)

Resultado Nominal	(b - a*)	(c - b)	(d - c)	(e - d)	(f - e)	(g - f)
	(7.900.112,65)	(2.011.114,83)	(27.629.943,48)	(8.231.410,64)	(10.561.946,17)	(12.080.574,72)

* : Refere-se ao resultados_nominais_valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício orçamentário anterior ao previsto no exercício 2014 no resultados_nominais_valor de R$ (36.978.377,63).

NOTA: O cálculo das metas anuais relativas ao Resultado Nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

Estado de Minas Gerais

MUNICÍPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

ANEXO DE METAS FISCAIS

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida

Especificação	2014	2015	2016	2017	2018	2019
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.767.191,78	10.386.813,20	9.207.860,65	9.935.282,81	8.643.744,23	7.472.531,92
Contratual	10.767.191,78	10.386.813,20	9.207.860,65	9.935.282,81	8.643.744,23	7.472.531,92
DEDUÇÕES(II)	55.343.379,94	57.195.330,23	83.727.409,24	92.686.242,04	101.956.649,63	112.866.012,04
Ativo disponível	65.833.576,21	75.426.524,96	83.497.163,13	92.431.359,59	101.674.495,55	112.553.666,58
Haveres financeiros	129.727,57	207.991,06	230.246,11	254.882,45	282.154,08	312.345,46
(-) Restos a pagar processados	10.619.923,84	18.439.185,79	---	---	---	---
DCL (III) = (I - II)	(44.576.188,16)	(46.808.517,03)	(74.519.548,59)	(82.750.959,23)	(93.312.905,40)	105.393.480,12)

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE FORMIGA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências

LRF, art 4º, § 3º

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES			PROVIDÊNCIAS	
Descrição		Valor	Descrição	Valor
1.278 Ações Cíveis	= R$ 39.621.579,63	47.386.362,52	Utilização de reserva de contingência para abertura de créditos adicionais, conforme descrito no Art. 5º III da L.R.F;	47.386.362,52
126 Ações Trabalhistas	= R$ 7.764.782,89		Abertura de créditos adicionais a partir do cancelamento de dotações de despesas discricionárias.	
SUBTOTAL		47.386.362,52	SUBTOTAL	47.386.362,52
TOTAL		47.386.362,52	TOTAL	47.386.362,52

Estado de Minas Gerais
MUNICIPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo de Metas e Prioridades

Seleção: Somente as despesas priorizadas; Alteração em 15/04/2016 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL FORMIGA										
Órgão: 06.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E GESTAO DE PESSOAS								3.865.450,52	3.865.450,52	3.865.450,52
Unidade: 06.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E GESTAO DE PESSOAS								3.880,00	3.880,00	3.880,00
51	1.012 - Construção, Reforma e Ampliação do Arquivo Público Municipal	P	2	04.122.0001	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	3.880,00	3.880,00	3.880,00
	Administração Pública(%)							3.880,00	3.880,00	3.880,00
Órgão: 08.00 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO										
Unidade: 08.01 - SECRETARIA DE OBRAS E TRANSITO								3.017.604,96	3.017.604,96	3.017.604,96
81	1.020 - Pavimentação de Ruas e Avenidas	P	2	26.782.0006	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	3.017.604,96	3.017.604,96	3.017.604,96
	Ruas e Avenidas(%)							424.530,00	424.530,00	424.530,00
					4.4.90.61.00.00.00.00	00010000	00.00.00	129.290,00	129.290,00	129.290,00
82	1.021 - Construção de Obras de Arte, Pavimentação de Rodovias	P	2	26.782.0006	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	129.290,00	129.290,00	129.290,00
	Estradas Rurais(%)									
83	1.022 - Obras de Arte Urbanas	P	2	26.782.0006	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	129.290,00	129.290,00	129.290,00
	Ruas e Avenidas(%)									
					4.4.90.61.00.00.00.00	00010000	00.00.00	181.006,00	181.006,00	181.006,00
86	1.024 - Aquisição de Equipamentos p/o Sistema Operacional	P	2	26.782.0006	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	64.645,00	64.645,00	64.645,00
	Administração Pública(%)									
87	1.025 - Ampliação da Frota Mecanizada	P	2	26.782.0006	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	129.290,00	129.290,00	129.290,00
	Frota Municipal(%)									
88	1.026 - Aquisição de Equipamentos p/Manutenção de Vias Urbanas	P	2	26.782.0006	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	129.290,00	129.290,00	129.290,00
	Ruas e Avenidas(%)									
92	1.027 - Aquisição de Equipamentos p/Terminais Rodoviários	P	2	26.782.0006	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	29.290,00	29.290,00	29.290,00
	Terminais Rodoviarios(%)									
93	1.028 - Reforma de Terminais Rodoviários	P	2	26.782.0006	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	29.290,00	29.290,00	29.290,00
	Terminais Rodoviarios(%)									
97	1.030 - Construção da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto	P	2	17.512.0008	4.4.90.51.00.00.00.00	00010024	00.00.00	1.642.393,96	1.642.393,96	1.642.393,96
	Saneamento Básico(Un)									
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE SAUDE										
Unidade: 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								231.292,00	231.292,00	231.292,00
128	1.037 - Aquisição de Equipamentos p/a Farmácia Municipal - SAÚDE	P	2	10.301.0010	4.4.90.52.00.00.00.00	00010002	02.01.00	231.292,00	231.292,00	231.292,00
	População em Geral(%)							1.292,00	1.292,00	1.292,00

Estado de Minas Gerais
MUNICIPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo de Metas e Prioridades

Seleção: Somente as despesas priorizadas; Alteração em 15/04/2016 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL FORMIGA										
Órgão: 09.00 - SECRETARIA DE SAUDE								3.865.450,52	3.865.450,52	3.865.450,52
Unidade: 09.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE								231.292,00	231.292,00	231.292,00
129	1.038 - Aquisição de Equipamentos p/ Unidades Básicas de Saúde - PABFIXO	P	2	10.301.0010	4.4.90.52.00.00.00.00	00010048	02.04.00	231.292,00 150.000,00	231.292,00 150.000,00	231.292,00 150.000,00
	População em Geral(%)									
137	1.041 - Construção, Reforma e Ampliação do PSF - PSF - SAUDE EM CASA	P	2	10.301.0011	4.4.90.51.00.00.00.00	00010048	02.04.00	80.000,00	80.000,00	80.000,00
	População em Geral(Un)									
Órgão: 10.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO										
Unidade: 10.01 - FUNDEB-FUNDO MANUT.DESENVOLVIMENTO EDUCACAO BASICA								383.010,00	383.010,00	383.010,00
233	1.063 - Aquisição de Equipamentos para o Ensino Fundamental - FEB40	P	2	12.361.0021	4.4.90.52.00.00.00.00	00010019	01.02.03	33.000,00 5.000,00	33.000,00 5.000,00	33.000,00 5.000,00
	Alunos(%)									
234	1.064 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar - FEB40	P	2	12.361.0021	4.4.90.51.00.00.00.00	00010019	01.02.03	5.000,00	5.000,00	5.000,00
	Alunos(%)									
238	1.065 - Aquisição de Equipamentos p/o Desenvolvimento do Ensino Infantil - Creche FEB40	P	2	12.365.0021	4.4.90.52.00.00.00.00	00010019	01.02.04	3.500,00	3.500,00	3.500,00
	Alunos(%)									
239	1.066 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar - Creche FEB40	P	2	12.365.0021	4.4.90.51.00.00.00.00	00010019	01.02.04	8.000,00	8.000,00	8.000,00
	Alunos(%)									
240	1.067 - Aquisição de Equipamentos p/o Desenvolvimento do Ensino Infantil - Pre-Escola FEB40	P	2	12.365.0021	4.4.90.52.00.00.00.00	00010019	01.02.04	3.500,00	3.500,00	3.500,00
	Alunos(%)									
241	1.068 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar - Pré-Escola FEB40	P	2	12.365.0021	4.4.90.51.00.00.00.00	00010019	01.02.04	8.000,00	8.000,00	8.000,00
	Alunos(%)									
Unidade: 10.02 - SECRETARIA DE EDUCACAO								350.010,00	350.010,00	350.010,00
210	1.052 - Aquisição de Equipamentos p/o Ensino Fundamental - QESE	P	2	12.361.0021	4.4.90.52.00.00.00.00	00010047	01.03.01	150.000,00	150.000,00	150.000,00
	Alunos(%)									
212	1.054 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar - QESE	P	2	12.361.0021	4.4.90.51.00.00.00.00	00010047	01.03.01	100.000,00	100.000,00	100.000,00
	Alunos(%)									

Estado de Minas Gerais
MUNICIPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo de Metas e Prioridades

Seleção: Somente as despesas priorizadas; Alteração em 15/04/2016 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL FORMIGA								3.865.450,52	3.865.450,52	3.865.450,52
Órgão: 10.00 - SECRETARIA DE EDUCACAO								383.010,00	383.010,00	383.010,00
Unidade: 10.02 - SECRETARIA DE EDUCACAO								350.010,00	350.010,00	350.010,00
220	1.057 - Aquisição de Equipamentos p/o Desenvolvimento do Ensino Infantil - Creche QESE	P	2	12.365.0021	4.4.90.52.00.00.00.00	00010047	01.03.01	30.000,00	30.000,00	30.000,00
	Alunos(%)									
221	1.058 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar - Creche QESE	P	2	12.365.0021	4.4.90.51.00.00.00.00	00010047	01.03.01	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Alunos(%)									
224	1.061 - Aquisição de Equipamentos p/o Desenvolvimento do Ensino Infantil - Pré-Escola QESE	P	2	12.365.0021	4.4.90.52.00.00.00.00	00010047	01.03.01	50.000,00	50.000,00	50.000,00
	Alunos(%)									
225	1.062 - Construção, Ampliação e Melhoria da Rede Física Escolar - Pré-Escola QESE	P	2	12.365.0021	4.4.90.51.00.00.00.00	00010047	01.03.01	10,00	10,00	10,00
	Alunos(%)									
Órgão: 11.00 - SECRETARIA DE GESTAO AMBIENTAL								134.236,00	134.236,00	134.236,00
Unidade: 11.01 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE								3.653,00	3.653,00	3.653,00
299	1.089 - Proteção das Margens dos Rios e Córregos no Perímetro Urbano	P	2	18.544.0031	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	3.653,00	3.653,00	3.653,00
	População em Geral(%)									
Unidade: 11.02 - SECRETARIA DE GESTAO AMBIENTAL								130.583,00	130.583,00	130.583,00
278	1.076 - Aquisição de Equipamentos p/a Limpeza Pública	P	2	15.452.0026	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	38.788,00	38.788,00	38.788,00
	População em Geral(%)									
282	1.078 - Construção e Melhoria de Parques, Praças e Jardins	P	2	15.452.0027	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	23.272,00	23.272,00	23.272,00
	População em Geral(%)									
287	1.081 - Realização de Obras no Aterro Sanitário Municipal	P	2	18.541.0029	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	64.645,00	64.645,00	64.645,00
	População em Geral(%)									
292	1.084 - Recuperação e Preservação dos Recursos Hídricos	P	2	18.544.0031	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	3.878,00	3.878,00	3.878,00
	População em Geral(%)									
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO								42.600,56	42.600,56	42.600,56
Unidade: 12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL								42.600,56	42.600,56	42.600,56
324	1.092 - Aquisição de Equipamentos p/o Cadastro Único IGD-PBF (BL GBF)	P	2	08.244.0041	4.4.90.52.00.00.00.00	00010029	00.00.00	24.103,04	24.103,04	24.103,04
	Administração Pública(%)									

Estado de Minas Gerais
MUNICIPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo de Metas e Prioridades

Seleção: Somente as despesas priorizadas; Alteração em 15/04/2016 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL FORMIGA								3.865.450,52	3.865.450,52	3.865.450,52
Órgão: 12.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO								42.600,56	42.600,56	42.600,56
Unidade: 12.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL								42.600,56	42.600,56	42.600,56
493	1.180 - Aquisição de Equipamentos p/Aprimoram da Gestão/Conselho e Serv Socioassistenciais IGDSUAS (BL GSUAS	P	2	08.244.0050	4.4.90.52.00.00.00.00	00010029	00.00.00	18.497,52	18.497,52	18.497,52
	Equipamentos e Material Permanente(%)									
Órgão: 13.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO								1.107,00	1.107,00	1.107,00
Unidade: 13.02 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO								1.107,00	1.107,00	1.107,00
451	1.114 - Construção, Modernização e Revitalização da Praia Popular - Parque Municipal Leopoldo Correia	P	2	27.813.0025	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.107,00	1.107,00	1.107,00
	População em Geral(%)									
Órgão: 14.00 - SECRETARIA DE CULTURA								51.720,00	51.720,00	51.720,00
Unidade: 14.02 - SECRETARIA DE CULTURA								51.720,00	51.720,00	51.720,00
375	1.102 - Aquisição de Equipamentos p/a Escola de Música - EMMEL	P	2	13.392.0059	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.930,00	12.930,00	12.930,00
	População em Geral(%)									
377	1.104 - Aquisição de Equipamentos p/o Núcleo Artístico Maestro Zezinho	P	2	13.392.0059	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.930,00	12.930,00	12.930,00
	População em Geral(%)									
380	1.105 - Ampliação e Reforma da Escola de Música	P	2	13.392.0059	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.930,00	12.930,00	12.930,00
	População em Geral(%)									
382	1.107 - Ampliação e Reforma do Núcleo Artístico	P	2	13.392.0059	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	12.930,00	12.930,00	12.930,00
	População em Geral(%)									
Entidade: 2 - PREVIFOR								9.411.500,00	9.411.500,00	9.411.500,00
Órgão: 04.00 - INST PREV SERV PUBL M FORMIGA - PREVIFOR								9.411.500,00	9.411.500,00	9.411.500,00
Unidade: 04.01 - INST PREV SERV PUBL M FORMIGA - PREVIFOR								9.411.500,00	9.411.500,00	9.411.500,00
198	0.010 - Manutenção do Pagamento a Inativos	O	2	09.272.0000	3.1.90.01.00.00.00.00	00010003	03.01.00	5.800.000,00	5.800.000,00	5.800.000,00
	Pagamento de Inativos, Pensionistas e Auxilio(%)									
					3.1.90.05.00.00.00.00	00010003	03.01.00	3.700,00	3.700,00	3.700,00
200	0.011 - Manutenção do Pagamento a Pensionistas	O	2	09.272.0000	3.1.90.03.00.00.00.00	00010003	03.01.00	550.000,00	550.000,00	550.000,00
	Pagamento de Inativos, Pensionistas e Auxilio(%)									
					3.1.90.05.00.00.00.00	00010003	03.01.00	2.000,00	2.000,00	2.000,00

Estado de Minas Gerais
MUNICIPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo de Metas e Prioridades

Seleção: Somente as despesas priorizadas; Alteração em 15/04/2016 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
Entidade: 2 - PREVIFOR								9.411.500,00	9.411.500,00	9.411.500,00
Órgão: 04.00 - INST PREV SERV PUBL M FORMIGA - PREVIFOR								9.411.500,00	9.411.500,00	9.411.500,00
Unidade: 04.01 - INST PREV SERV PUBL M FORMIGA - PREVIFOR								9.411.500,00	9.411.500,00	9.411.500,00
202	8.004 - Manutenção de Benefícios da Previdência Social -Auxílio Doença	A	2	09.272.0023	3.1.90.05.00.00.00.00	00010003	03.01.00	4.800,00	4.800,00	4.800,00
	Pagamento de Inativos, Pensionistas e Auxilio(%)									
					3.3.90.08.00.00.00.00	00010003	03.01.00	2.700.000,00	2.700.000,00	2.700.000,00
203	8.005 - Manutenção de Benefícios Previdência Social - Salário Maternidade	A	2	09.272.0023	3.1.90.05.00.00.00.00	00010003	03.01.00	190.000,00	190.000,00	190.000,00
	Benefícios Salário Maternidade e Salário Família(%)									
204	8.006 - Manutenção de Benefícios Previdência Social - Acidente de Trabalho	A	2	09.272.0023	3.1.90.05.00.00.00.00	00010003	03.01.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Pagamento de Inativos, Pensionistas e Auxilio(%)									
					3.3.90.08.00.00.00.00	00010003	03.01.00	50.000,00	50.000,00	50.000,00
205	8.007 - Manutenção de Benefícios Previdência Social - Salário Família	A	2	09.272.0023	3.1.90.05.00.00.00.00	00010003	03.01.00	90.000,00	90.000,00	90.000,00
	Benefícios Salário Maternidade e Salário Família(%)									
206	8.008 - Manutenção de Benefícios Assistenciais Previdência Social	A	2	09.272.0023	3.1.90.05.00.00.00.00	00010003	03.01.00	20.000,00	20.000,00	20.000,00
	Pagamento de Inativos, Pensionistas e Auxilio(%)									
Entidade: 3 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE								413.500,00	413.500,00	413.500,00
Órgão: 03.00 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE								413.500,00	413.500,00	413.500,00
Unidade: 03.01 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE								413.500,00	413.500,00	413.500,00
391	5.001 - Programa de Aperfeiçoamento Setor Administrativo	P	2	04.122.0001	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	500,00	500,00	500,00
	Equipamentos e Material Permanente(Un)									
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	6.000,00	6.000,00	6.000,00
392	5.002 - Aquisição de Equipamentos de Informática	P	2	04.122.0001	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	10.000,00	10.000,00	10.000,00
	Equipamentos de Informatica(Un)									
393	5.003 - Aquisição de Veículos	P	1	04.122.0001	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
	Frota Municipal(Un)									
404	5.004 - Ampliação, Expansão, Tratamento e Distribuição da ETA	P	1	17.512.0001	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	250.000,00	250.000,00	250.000,00
	Obras e Instalações(%)									
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00

Estado de Minas Gerais
MUNICIPIO DE FORMIGA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

Anexo de Metas e Prioridades

Seleção: Somente as despesas priorizadas; Alteração em 15/04/2016 (C)

Priori.	Ação / Produto (UN)	Tipo	Local.	Func.Progr.	Conta Despesa	Recurso	Aplicação	LDO 2017	Projeção 2018	Projeção 2019
Entidade: 3 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE								413.500,00	413.500,00	413.500,00
Órgão: 03.00 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE								413.500,00	413.500,00	413.500,00
Unidade: 03.01 - SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO - SAAE								413.500,00	413.500,00	413.500,00
405	5.005 - Aquisição de Equipamentos para o Laboratório Laboratório (Un)	P	1	17.512.0001	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	40.000,00	40.000,00	40.000,00
406	5.006 - Construção de Poços Artesianos Poços Artesianos(Un)	P	1	17.512.0001	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
408	5.008 - Aquisição de Hidrômetros Hidrômetros(Un)	P	1	17.512.0008	4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
409	5.009 - Construção do Leito de Secagem Leito de Secagem(Un)	P	1	17.512.0008	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
410	5.010 - Construção da Adutora de Água Bruta Adutora (%)	P	1	17.512.0008	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
424	5.012 - Coleta de Esgoto Sanitário Esgoto Sanitário(%)	P	1	17.512.0060	4.4.90.51.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
					4.4.90.52.00.00.00.00	00010000	00.00.00	1.000,00	1.000,00	1.000,00
							Total geral:	13.690.450,52	13.690.450,52	13.690.450,52